**22/01/2021**

**“As medidas são necessárias, porém tardias e postergadas em 7 dias: teremos quase 1.500 mortes em São Paulo nesta semana. Isso é inaceitável!”, afirma médico**

Nesta sexta-feira (22/01), o Governo do Estado de São Paulo anunciou que a Capital e mais seis regiões do Estado vão regredir de fase no Plano São Paulo, que coordena as medidas de controle da pandemia de COVID-19, a partir do sábado (31/01).  Além da Grande São Paulo, que vai da fase amarela para a laranja, outras seis regiões passarão para a fase vermelha.

Com essa nova medida, apenas serviços essenciais serão autorizados a funcionar aos sábados, domingos e feriados e no período noturno até às 20 horas. Nenhuma região do Estado de São Paulo ficará na cor amarela e na Capital, a medida inicia-se no feriado da segunda-feira (25/01).

Para o médico sanitarista e professor de Saúde Pública e Epidemiologia do Centro Universitário São Camilo, Sérgio Zanetta, a decisão apesar de falha, é necessária “A medida é tardia e contraditória, mas necessária. Nas últimas quatro semanas houve um aumento de quase 100% de óbitos, que são de casos que foram transmitidos nas semanas que antecederam o Natal. Quando o governador do Estado decide que essas regras são somente a partir do feriado, ele está postergando uma ação que está causando hoje uma alta transmissão”.

Sobre a decisão, o professor complementa: “Cada dia sem restrição significa mais de mil óbitos por dia, sendo que desse total, 200 somente em São Paulo. Os governadores têm acesso a informações que vêm da ciência de que é preciso adotar medidas para a contenção da disseminação da doença, mas na hora de decidir, o interesse econômico e a ganância que prevalece. Não há outra justificativa para o governo postergar as medidas mais duras de contenção da circulação. Elas deveriam valer imediatamente, são sete dias postergados. Isso é inaceitável e significa no mínimo incrementar 1500 óbitos a mortalidade futura. Quem será o responsável por essas mortes ao longo desses dias?” questiona o médico e professor.

Zanetta afirma ainda que é necessário rever o comportamento do poder público referente ao não cumprimento das regras básicas para contenção da transmissão do vírus. “É necessário que as autoridades públicas façam com que a população cumpra o distanciamento social e faça o uso de máscara. É preciso coagir a má prática e não apenas fazer o julgamento moral das pessoas.”